



Estado de Alagoas  
Ministério Público Estadual  
Colégio de Procuradores de Justiça

Ata da 6ª Reunião Ordinária do Colégio de  
Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e treze (15.05.2013), às 15 (quinze) horas, na Sala dos Órgãos Colegiados, localizada no 4º (quarto) andar do edifício-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 70, Bairro do Poço, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, compareceram para a Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas os Procuradores de Justiça Doutores: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto, Luiz Barbosa Carnaúba, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Walber José Valente de Lima, Antiógenes Marques de Lira, Eduardo Tavares Mendes, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque Marcos Barros Méro. Inicialmente, o Presidente da Sessão, Procurador-Geral de Justiça Doutor Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, agradeceu a presença e saudou todos os visitantes na pessoa da Dra. Adilza Inácio de Freitas, Presidente da Associação do Ministério Público do Estado de Alagoas, bem como destacou as presenças dos Secretários de Estado Dr. Adriano Soares da Costa e Dr. Álvaro Antônio Machado. De logo, solicitou do Secretário deste Colegiado a conferência de quórum. Confirmado o número necessário, o Procurador-Geral de Justiça declarou instalada a Reunião, solicitando ao Senhor Secretário a leitura da ordem do dia, a saber:

**Item 1.** Deliberação sobre a Ata da Sessão do dia 17 de abril de 2013. **Item 2.** A oitiva ou a exposição do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Dr. Adriano Soares da Costa. **Item 3.** Deliberação do anteprojeto de lei que dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos Servidores do Ministério Público de Alagoas, tendo como ano base o ano de 2012. **Item 4.** Julgamento do Processo nº PGJ 1025/2006 cujo interessado é o Promotor de Justiça aposentado, já falecido, Dr. Luiz Alberto Barros. **Item 5.** Outras matérias que venham a ser inseridas nesta pauta. Feita a leitura da ordem do dia, o Presidente da Sessão indagou aos Senhores Procuradores de Justiça se existia pedido de inclusão de matéria na ordem do dia, mantendo-se silente neste ponto o Colegiado. Em face da presença do Secretário de Educação, Adriano Soares da Costa, a ordem da pauta foi invertida passando-se para o item 2. Com efeito, Dr. Sérgio Jucá lembrou que o Secretário de Educação, Adriano Soares da Costa, formulou requerimento à Procuradoria-Geral de Justiça objetivando ser ouvido nesse plenário. O pedido foi submetido à deliberação do Colégio de Procuradores, obtendo aprovação. Dizendo isso, convidou o Dr. Adriano Soares da Costa para que se manifestasse no prazo que lhe aprouvesse. Usando da palavra, o Dr. Adriano Soares assim falou: "Excelentíssimo senhor Procurador de Justiça, caros Procuradores de Justiça, Presidenta da Associação do Ministério Público, é com muito orgulho que venho à presença dos senhores prestar contas das atividades das políticas públicas voltadas para a educação pelo Governo do Estado de Alagoas. Nós já estivemos presentes, fazendo essa mesma apresentação na Federação da Indústria e do Comércio do Estado de Alagoas. Eu fiz essa solicitação para vir à presença dos senhores pela importância que o Ministério Público tem para as instituições democráticas no Brasil e na função do exercício da atividade dos senhores, para que possam ter uma visão ampla daquilo que hoje nós vivenciamos na educação do Estado de Alagoas. Por essa razão eu gostaria de agradecer a aceitação da proposição feita institucionalmente pela Secretaria de Educação e nós faremos uma rápida exposição sobre a realidade da educação. Primeiro, desejo dizer que a educação no país esta



Estado de Alagoas

Ministério Público Estadual

Colégio de Procuradores de Justiça

9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
48 claudicante. Em Alagoas, com muito mais razão. Nós hoje somos o último lugar no país no  
49 que diz respeito ao IDEB que é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, nós  
50 somos, o último lugar em analfabetismo no país, e isso, não se chega a esses indicadores tão  
51 duros, sem que hajam causas graves que precisam ser combatidas. Quando assumi a  
52 Secretaria de Educação há mais de um ano e seis meses, sete meses, nós nos defrontamos na  
53 educação com um problema histórico, sério, qual seja, uma grave desestruturação  
54 burocrática. Uma burocracia pesada, antiquada, sem informatização, em que, senhores  
55 Procuradores, as informações transitavam, há um ano e pouco, ainda transitava por exemplo,  
56 manualmente. Então quando acontecia algo na escola o levantamento de dados nas escolas  
57 era feito manualmente, depois isso era encaminhado para as CREs manualmente, e depois ia  
58 para um setor na Secretaria de Educação que esses dados todos da educação, do tamanho da  
59 educação, o número de alunos, o número de professores, número de monitores, questão da  
60 evasão escolar, tudo manual, e ao final, quando se chegava a um resultado era quase um ano  
61 depois e esses dados já totalmente defasados. Inviabilizando, portanto, ao gestor fazer ou  
62 tomar medidas objetivando sanar esses maus resultados. Então quando assumimos a  
63 educação, o ponto fundamental para nós, era modificar a gestão na educação. Eu entendo  
64 que o maior problema na educação no Brasil e em Alagoas, sobretudo, sempre foi um  
65 problema de gestão. Não adianta, Dr. Sérgio, por exemplo, a educação receber recursos do  
66 Governo Federal através de convênios se a educação a sua desestruturação burocrática  
67 impede o gasto eficiente. Então o que é que se viu ao longo das décadas? O dinheiro  
68 chegando e sendo devolvido. Essa falta de organização, essa falta de gestão, terminava  
69 impedindo a aplicação dos recursos. Não era nem malversação, era má aplicação ou  
70 ausência de aplicação por conta desses aspectos burocráticos e perdeu-se muito dinheiro em  
71 Alagoas por conta disso. Então nós vamos fazer a apresentação agora, a gente tem procurado  
72 trabalhar sempre em conjunto com a equipe, vou pedir licença Dr. Sérgio para passar a  
73 palavra para o Arthur que é o nosso gerente na área de modernização para fazer uma  
74 apresentação da modernização que nós estamos fazendo na educação no Estado de Alagoas e  
75 eu vou aqui ou ali fazendo algum comentário em momento que seja pertinente". Dizendo  
76 assim, passou a palavra para o Servidor da Secretaria de Educação, Arthur, responsável pelo  
77 setor de Gestão Escolar; apresentou a estrutura administrativa, o organograma da Secretaria  
78 de Educação, destacando suas dificuldades burocráticas e apresentou o projeto de  
79 modernização pelo qual está passando a SEEE-AL. Em seguida passou a palavra para a  
80 servidora Josimeire, coordenadora de engenharia da SEEE-AL, que explanou a situação da  
81 infraestrutura que foi encontrada nas escolas da rede quando da assunção do atual Secretário  
82 e a realidade atual pós reformas empreendidas, bem como em todos os prédios  
83 administrativos. Por fim, solicitou ao servidor Técio, coordenador da modernização da  
84 SEEE-AL, que fizesse a exposição dos projetos de acordo com o Banco Mundial. Ao final  
85 da exposição da equipe da SEEE-AL, Dr. Sérgio agradeceu e indagou aos senhores  
86 Procuradores de Justiça se gostariam de formular alguma pergunta. Dito isso, Dr. Antônio  
87 Areccippo pediu a palavra e cumprimentou os Excelentíssimos Senhores Procuradores de  
88 Justiça, Procurador-Geral de Justiça, Corregedor-Geral, Secretário do CPJ, Excelentíssimo  
89 Secretário de Estado da Educação Dr Adriano Soares, Coronel do Exército Mário Sérgio, Dr.  
90 Francisco Beltrão e demais Senhores e Senhoras da plateia: "eu não tenho nenhuma  
91 argumentação ao Secretário, apenas e tão somente parabenizar a vossa excelência,  
92 parabenizar vossa equipe e dizer que o Governo do Estado está fazendo, na minha visão,  
93 uma grande administração, principalmente no aspecto administrativo, está de parabéns por  
94 esta gestão que está sendo implantada e implementada na Secretaria de Educação no Estado



Estado de Alagoas  
Ministério Público Estadual

Colégio de Procuradores de Justiça

17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
95 de Alagoas”. Dito isso, Dr. Sérgio agradeceu e passou a palavra ao Dr. Geraldo Magela, que  
96 corroborou com as palavras do Dr. Antônio Areccipo, elogiando a gestão do Secretário de  
97 Educação e parabenizando-o por seu trabalho. Dr. Sérgio agradeceu e passou a palavra ao  
98 Corregedor-Geral do Ministério Público, Dr. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, que  
99 cumprimentou a todos os presentes, passado a dizer: “me sinto gratificado. Não foi em vão  
100 que eu vim aqui hoje, Deus sabe como faz as coisas porque eu estava com a visão muito  
101 deturpada da Secretaria de Educação atual e até de vossa excelência como gestor, porque na  
102 realidade tivemos aqui uma apresentação de uma ilustre colega e ela trouxe informações que  
103 me deixaram muito preocupado, mas também feliz porque parte dessa preocupação já não  
104 existe, dúvidas foram dissipadas, porém eu continuo com uma, se nós estamos fazendo o  
105 concurso para aquele que pula de grau, o chamado supletivo, pois, segundo tomei  
106 conhecimento, não está sendo realizado em Alagoas”. Diante desse questionamento, Dr.  
107 Adriano Soares respondeu: “O supletivo está sendo realizado em Alagoas. Nós estamos indo  
108 para a terceira etapa do supletivo. Teremos prova do supletivo no final dessa semana”.  
109 Retornada a palavra para o Dr. Sérgio, agradeceu e passou a palavra para o Dr. Eduardo  
110 Tavares, que cumprimentou a todos os presentes e assim se manifestou: “quero parabenizá-  
111 lo Dr. Adriano, eu quero parabenizar o Governador Teotônio Vilela, quero parabenizar toda  
112 sua equipe, que mostrou aqui que há uma sintonia, uma sinergia, há uma cumplicidade, isso  
113 é importante, entre aqueles que fazem hoje a Secretaria de Educação e com base em tudo  
114 isso, eu tenho certeza absoluta que nós teremos grandes resultados e eu serei um torcedor  
115 para que vossa excelência seja um vitorioso e mostre aos alagoanos que Alagoas não precisa  
116 ser o último lugar no IDEB, aliás, tem que ser um dos melhores e nós chegaremos lá.  
117 Parabéns a todos pela belíssima exposição.” Dito isso, Dr. Sérgio agradeceu e concedeu a  
118 palavra ao Dr. Marcos Méro que, após cumprimentar a todos, fez o seguinte questionamento  
119 ao senhor Secretário de Educação: “como eu me preocupo muito com a valorização do  
120 professor, por que não existe educação sem um mestre, apenas fiquei na curiosidade de saber  
121 qual é o piso salarial do professor em Alagoas?” Em resposta, Dr. Adriano Soares disse:  
122 “hoje de 20h está em R\$ 1.040,00 e de 40h R\$ 2.030,00. Qual é a grande questão quando se  
123 fala hoje de remuneração de professor e quando, por exemplo, da polícia militar? É a  
124 quantidade de profissionais. Nós temos 15 mil, porque temos que contar os aposentados,  
125 então, qualquer mudança na folha, ela impacta em muito. E o que é mais triste nessa  
126 equação, Dr. Marcos, é o fato de que nós temos dinheiro para pagar os ativos. Agora o  
127 tesouro não suporta pagar os inativos, e, aí, é um problema de gestão do passado. Não se  
128 tinha um sistema de previdência. O Governador, Dr. Teotônio Vilela, vai deixar um grande  
129 legado para Alagoas que é ter feito o AL-Previdência com devia ter sido feito. Agora, e o  
130 AL-Previdência só vai funcionar para os que entrarem no serviço público a partir de 2005,  
131 quando ele foi instituído no modelo atual. Então todos os aposentados do poder executivo,  
132 hoje vão para a conta do tesouro e aqui também, todos permanecem no tesouro. Nós vamos  
133 ter professores se aposentando, abrindo vaga, mas o aposentado não sai da folha. Nós vamos  
134 continuar contratando professores porque temos o dinheiro do FUNDEB, mas isso vai  
135 gerando o problema de você não ter como aplicar um PCCS, eu hoje confesso, eu tenho  
136 conversado com o sindicato, em privado, porque em público a gente troca farpas, mas em  
137 privado se conversa. E nós temos conversado com o sindicato mostrando esta realidade e o  
138 sindicato tem consciência que estamos conscientes. Que durante um bom tempo teremos  
139 muitas dificuldades para uma política ideal de remuneração do servidor, do professor. Então,  
140 por ora, os professores em atividade vão se beneficiar do rateio. É uma política pobre, mas é  
141 a única que hoje nós temos condições de fazer.” Com a palavra do Dr. Marcos Méro



Estado de Alagoas

Ministério Público Estadual

Colégio de Procuradores de Justiça

25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
142 asseverou: “Vamos trabalhar no sentido de procurar meios para valorizar mais o professor”.  
143 Por sua vez o Dr. Adriano Soares acrescentou o seguinte: “com os royalty da educação, se  
144 forem colocados os recursos do pré-sal todo para a educação, como se quer, e se já houver  
145 para os estados que não são produtores hoje, a participação na distribuição, nós teremos  
146 condições de fazer uma política muito melhor. Então se você destina o royalty do pré-sal  
147 todo para educação como se quer, o Brasil dá um salto na educação, nós vamos conseguir  
148 valorizar os servidores. Então a solução ela existe, mas depende hoje do Governo Federal,  
149 sobretudo nos estados periféricos, como é o caso de Alagoas, que depende do FPE, depende  
150 dos recursos que venham por convênio, então nós somos muito dependentes do Governo  
151 Federal.” Dito isto, Dr. Marcos agradeceu e parabenizou ao Secretário de Educação pelo  
152 trabalho desenvolvido. Com a palavra o Dr. Eduardo Tavares pediu a palavra e mais uma  
153 vez foi concedida, fazendo o seguinte questionamento: “Dr. Adriano, vossa excelência falou  
154 aqui na questão do piso em relação ao Rio Grande do Sul. Por uma questão de comparação  
155 eu gostaria de saber qual é o piso de lá, do Rio Grande do Sul?” Em resposta, Dr. Adriano  
156 afirmou: “É o mesmo. É um piso nacional”. Acrescentou que Alagoas paga além do piso,  
157 enquanto que o Rio Grande do Sul não chegam a pagar sequer o piso. Acrescentando o  
158 seguinte: “Em remuneração nós somos o sétimo do país e o segundo do nordeste. Isso levou  
159 um governador de São Paulo a dizer que: olhe, tá vendo? É por isso que Alagoas está  
160 quebrada, porque faz esse tipo de política para os servidores sem ter condição. Hoje, a  
161 categoria mais forte que temos no serviço público é a dos professores. Eles se organizaram e  
162 isso é bom, conseguiram aumentos, mas veja, isso está causando, em todos os municípios ou  
163 na grande maioria dos municípios, os planos de cargos e carreiras elaborados pelo mesmo  
164 consultor, que é muito competente, o Dr. Professor Milton Canuto, ligado ao sindicato. Mas  
165 o que tem acontecido então? Boa parte dos municípios hoje não consegue pagar a folha do  
166 professor com o FUNDEB, tem que botar recurso próprio. Tira dinheiro do investimento. No  
167 Estado de Alagoas, o Governo do Estado, isto não acontece. Governo do Estado tem sobra  
168 dos 60%, então eu tenho como fazer a política remuneratória. Mas é fundamental dizer que  
169 Alagoas hoje é um dos que melhor paga aos professores”. Dr. Eduardo Tavares agradeceu  
170 pelo esclarecimento. Com a palavra o Dr. Sérgio, assim se pronunciou: “Em nome do bravo  
171 Ministério Público do Estado de Alagoas e deste Órgão da Administração Superior, o  
172 Colégio de Procuradores de Justiça, agradeço a contribuição do Dr. Adriano Soares da  
173 Costa, ilustre Secretário de Educação de Alagoas, dando as explicações necessárias sobre  
174 esse tema que é palpitante, da educação do estado. Agradeço também a presença dos  
175 servidores da pasta e suspendo a reunião por cinco minutos.” Retornada a reunião, ante o  
176 avançar da hora, o Presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou  
177 encerrada a Sessão, determinando a lavratura desta Ata em extrato, o que fiz como  
178 Secretário e sob a conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente.

179  
180

181 Sérgio Jucá

182 Procurador-Geral de Justiça

183 Presidente do CPJ/MPE/AL

184  
185

186 Antônio Jorge Sodré Valentim de Souza

187 Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

Capital em um intervalo de tempo bastante considerável e que, qualquer invasão externa em suas atribuições funcionais, por ela própria alegada, indubitavelmente não há de prevalecer. Nessa esteira, inclusive é o entendimento do Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Habeas Corpus nº 102.147 de Goiás publicado no diário da Justiça em 02/02/2011, onde consagrou o funcionamento sob o Princípio Constitucional do Promotor Natural, fazendo-se desnecessária a sua transcrição. Sendo assim, esse Procurador posiciona-se no sentido de que sejam retificadas as atribuições arguidas administrativamente pela requerente por intermédio da Resolução 38/2012, para continuar desempenhando as suas atribuições exclusivamente em sua promotoria de origem bem como se revogue a permissão de que outros promotores que ajuem junto a 1ª e 2ª Varas Cíveis da Capital possam atuar conjuntamente na promotoria da capital, esse é o nosso parecer, salvo outro entendimento. Maceió, 02 de abril do ano de 2013. Antônio Arceippo de Barros Teixeira Neto, Procurador de Justiça Relator". Após o pronunciamento do voto do relator, Dr. Sérgio abriu a fase de discussão. Dr. Dilmir Lopes Camerino pediu a palavra e foi concedida assim se manifestando: "Senhor presidente, meus companheiros, em que pese esse brilhante voto como costuma acontecer, o Dr. Antônio Arceippo, numa matéria que aparentemente é simples em seu contexto, no entanto, eu preciso aprofundar um pouco mais sobre essa matéria e portanto, peço vistas dos autos para que trazê-lo na próxima sessão o assunto". Diante do pedido de vistas, Dr. Sérgio indagou aos pares se alguém gostaria de discutir a matéria. Após os debates, Dr. Dilmir pediu que fosse feita a juntada aos autos da legislação pertinente, de outrora e a em vigor, para fins de análise. Sendo deferido tal pedido. Encerrando as discussões sobre o item quatro (4), foi realizado o pregão do item cinco (5), que diz respeito ao Processo nº PGJ 876/2013, cuja interessada é a senhora Dilza Correia da Silva. Como não existe relator, o Dr. Sérgio Jucá perguntou ao Dr. Lean Antônio Ferreira de Araújo se ele poderia ser o relator desse processo. Acatado o pedido, Dr. Sérgio pediu ao ilustre secretário que fizesse o pregão do item seis (6) e lesse o pedido do Dr. Adriano Soares dirigido ao Procurador-Geral de Justiça. "Assunto: exposição da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Colégio de Procuradores de Justiça sobre a situação do Estado de Alagoas, visão do executivo. Senhor Procurador-Geral de Justiça, ao tomar conhecimento através da mídia da exposição da Dra. Maria Cecília Pontes Carnaúba ao Colégio dos Procuradores de Justiça, sobre a situação do Estado de Alagoas, esta Secretaria vem solicitar oportunidade de apresentar ao mesmo colegiado a visão do Poder Executivo sobre os desafios encontrados, as ações empreendidas, contratos

celebrados, como os resultados obtidos. Tal requerimento está lastreado em dois princípios básicos: transparência e espírito público. Assim, requer que esse respeitável Procurador-Geral de Justiça conceda o espaço para que o Secretário de Estado da Educação e do esporte e sua equipe técnica possa passar ao Colégio de Procuradores de Justiça a posição do Poder Executivo do Estado de Alagoas. Subscreevo é o Dr. Adriano Soares da Costa Secretário de Estado da Educação e do Esporte de Alagoas". Após a leitura, O Dr. Sérgio Jucá informou que a meta do Dr. Adriano Soares é expor as ações da Secretaria de Educação para este Colegiado. Posto em discussão este item, após pronunciamentos, Dr. Sérgio Jucá declarou encerrada a fase de debate e indagou se poderia colher os votos, sendo aprovado, por maioria a solicitação do Secretário de Estado Adriano Soares. Ainda sobre este ponto, fôz o Presidente da Sessão que a relação do MPE/AL é de harmonia com todos os poderes de estado, seja o Executivo, o Legislativo ou Judiciário. O Ministério Público tem que se impor e a palavra é essa. Acrescentou que não irá permitir qualquer excesso. Lembrou que a Dra. Cecília Carnaúba deu um exemplo de educação doméstica, além de ser uma grande profissional. Fez uma exposição técnica, eminentemente técnica. Dito isto, proclamou o resultado, por maioria, o Colégio de Procuradores de Justiça delibera pela oitiva do Secretário. Por fim o Presidente do CPJ/MPE/AL indagou se alguém queria insinuar matéria na ordem do dia, propondo o Dr. Dilmir Lopes Camerino a sugestão de homenagear os ex-secretários do Colégio de Procuradores de Justiça com a Medalha Mérito, que não havendo objeção, declarou a matéria aprovada, parabenizando a iniciativa do Dr. Dilmir Lopes Camerino em homenagear aos ex-secretários desse Colegiado. Nada havendo mais a tratar, o Presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura desta Ata, o que fez como Secretário e sob a conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Jucá  
Procurador-Geral de Justiça  
Presidente do CPJ/MPE/AL

Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza  
Secretário do Colégio de Procuradores de  
Justiça

Ata da 6ª Reunião Ordinária do Colégio de  
Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas

Aos quinze dias do mês de maio do  
ano de dois mil e treze (15.05.2013), às 15  
(quinze) horas, na Sala dos Órgãos Colegiados,  
localizada no 4º (quarto) andar do edifício-sede  
do Ministério Público do Estado de Alagoas,

situada na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 70, Bairro do Poço, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, compareceram para a Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas os Procuradores de Justiça Doutores: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Antônio Arceippo de Barros Teixeira Neto, Luiz Barbosa Carnaúba, Geraldo Magela Barbosa Piraú, Walber José Valente de Lima, Antígenes Marques de Lira, Eduardo Tavares Mendes, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque Marcos Barros Méro. Inicialmente, o Presidente da Sessão, Procurador-Geral de Justiça Doutor Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, agradeceu a presença e saudou todos os visitantes na pessoa da Dra. Adilza Inácio de Freitas, Presidente da Associação do Ministério Público do Estado de Alagoas, bem como destacou as presenças dos Secretários de Estado Dr. Adriano Soares da Costa e Dr. Álvaro Antônio Machado. De logo, solicitou do Secretário deste Colegiado a conferência de quórum. Confirmado o número necessário, o Procurador-Geral de Justiça declarou instalada a Reunião, solicitando ao Senhor Secretário a leitura da ordem do dia, a saber: Item 1. Deliberação sobre a Ata da Sessão do dia 17 de abril de 2013. Item 2. A oitiva ou a exposição do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Dr. Adriano Soares da Costa. Item 3. Deliberação do anteprojeto de lei que dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos Servidores do Ministério Público de Alagoas, tendo como ano base o ano de 2012. Item 4. Julgamento do Processo nº PGJ 1025/2006 cujo interessado é o Promotor de Justiça aposentado, já falecido, Dr. Luiz Alberto Barros. Item 5. Outras matérias que venham a ser inseridas nesta pauta. Item 6. Leitura da ordem do dia, o Presidente da Sessão indagou aos Senhores Procuradores de Justiça se existia pedido de inclusão do matéria na ordem do dia, mantendo-se silente neste ponto o Colegiado. Em face da presença do Secretário de Educação, Adriano Soares da Costa, a ordem da pauta foi invertida passado-se para o item 2. Com efeito, Dr. Sérgio Jucá lembrou que o Secretário de Educação, Adriano Soares da Costa, formulou requerimento à Procuradoria-Geral de Justiça objetivando ser ouvido nesse plenário. O pedido foi submetido à deliberação do Colégio de Procuradores, obtendo aprovação. Dizendo isso, convidou o Dr. Adriano Soares da Costa para que se manifestasse no prazo que lhe aprouvesse. Usando da palavra, o Dr. Adriano Soares assim falou: "Excelentíssimo senhor Procurador de Justiça, caros Procuradores de Justiça, Presidente da Associação do Ministério Público, é com muito orgulho que venho à presença dos senhores prestar contas das atividades das políticas públicas voltadas para a educação pelo Governo do Estado de Alagoas. Nós já estivemos presentes, fazendo essa mesma

apresentação na Federação da Indústria e do Comércio do Estado de Alagoas. Eu fiz essa solicitação para vir à presença dos senhores pela importância que o Ministério Público tem para as instituições democráticas no Brasil e na função do exercício da atividade dos senhores, para que possam ter uma visão ampla daquilo que hoje nós vivenciamos na educação do Estado de Alagoas. Por essa razão eu gostaria de agradecer a aceitação da proposição feita institucionalmente pela Secretaria de Educação e nós faremos uma rápida exposição sobre a realidade da educação. Primeiro, desejo dizer que a educação no país está claudicante. Em Alagoas, com muito mais razão. Nós hoje somos o último lugar no país no que diz respeito ao IDEB que é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, nós somos, o último lugar em analfabetismo no país, e isso, não se chega a esses indicadores tão duros, sem que hajam causas graves que precisam ser combatidas. Quando assumi a Secretaria de Educação há mais de um ano e seis meses, sete meses, nós nos defrontamos na educação com um problema histórico, sério, qual seja, uma grave desestruturação burocrática. Uma burocracia pesada, antiquada, sem informatização, em que, senhores Procuradores, as informações transitavam, há um ano e pouco, ainda transitava por exemplo, manualmente. Então quando acontecia algo na escola o levantamento de dados nas escolas era feito manualmente, depois isso era encaminhado para as CREs manualmente, e depois ia para um setor na Secretaria de Educação que esses dados todos da educação, do tamanho da educação, o número de alunos, o número de professores, número de monitores, questão da evasão escolar, tudo manual, e ao final, quando se chegava a um resultado era quase um ano depois e esses dados já totalmente defasados. Inviabilizando, portanto, ao gestor fazer ou tomar medidas objetivando sanar esses maus resultados. Então quando assumimos a educação, o ponto fundamental para nós, era modificar a gestão na educação. Eu entendo que o maior problema na educação no Brasil e em Alagoas, sobretudo, sempre foi um problema de gestão. Não adianta, Dr. Sérgio, por exemplo, a educação receber recursos do Governo Federal através de convênios se a educação a sua desestruturação burocrática impede o gasto eficiente. Então o que se viu ao longo das décadas? O dinheiro chegando e sendo devolvido. Essa falta de organização, essa falta de gestão, terminava impedindo a aplicação dos recursos. Não era nem malversação, era má aplicação ou ausência de aplicação por conta desses aspectos burocráticos e perdeu-se muito dinheiro em Alagoas por conta disso. Então nós vamos fazer a apresentação agora, a gente tem procurado trabalhar sempre em conjunto com a equipe, vou pedir licença Dr. Sérgio para passar a palavra para o Arthur que é o nosso gerente na

área de modernização para fazer uma apresentação da modernização que nós estamos fazendo na educação no Estado de Alagoas e eu vou aqui ou ali fazendo algum comentário em momento que seja pertinente". Dizendo assim, passou a palavra para o Servidor da Secretaria de Educação, Arthur, responsável pelo setor de Gestão Escolar, apresentou a estrutura administrativa, o organograma da Secretaria de Educação, destacando suas dificuldades burocráticas e apresentou o projeto de modernização pelo qual está passando a SEEE-AL. Em seguida passou a palavra para a servidora Josimeire, coordenadora de engenharia da SEEE-AL, que explicou a situação da infraestrutura que foi encontrada nas escolas da rede quando da assunção do atual Secretário e a realidade atual pós reformas empreendidas, bem como em todos os prédios administrativos. Por fim, solicitou ao servidor Tício, coordenador da modernização da SEEE-AL, que fizesse a exposição dos projetos de acordo com o Banco Mundial. Ao final da exposição da equipe da SEEE-AL, Dr. Sérgio agradeceu e indagou aos senhores Procuradores de Justiça se gostariam de formular alguma pergunta. Dito isso, Dr. Antônio Arecippo pediu a palavra e cumprimentou os Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça, Procurador-Geral de Justiça, Corregedor-Geral, Secretário do CPI, Excelentíssimo Secretário de Estado da Educação Dr. Adriano Soares, Coronel do Exército Mário Sérgio, Dr. Francisco Beltrão e demais Senhores e Senhoras da plateia: "eu não tenho nenhuma argumentação ao Secretário, apenas e tão somente parabenizar a vossa excelência, parabenizar vossa equipe e dizer que o Governo do Estado está fazendo, na minha visão, uma grande administração, principalmente no aspecto administrativo, está de parabéns por esta gestão que está sendo implantada e implementada na Secretaria de Educação no Estado de Alagoas". Dito isso, Dr. Sérgio agradeceu e passou a palavra ao Dr. Geraldo Magela, que corroborou com as palavras do Dr. Antônio Arecippo, elogiando a gestão do Secretário de Educação e parabenizando-o por seu trabalho. Dr. Sérgio agradeceu e passou a palavra ao Corregedor-Geral do Ministério Público, Dr. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, que cumprimentou a todos os presentes, passado a dizer: "me sinto gratificado. Não foi em vão que eu vim aqui hoje, Deus sabe como faz as coisas porque eu estava com a visão muito deturpada da Secretaria de Educação atual e até de vossa excelência como gestor, porque na realidade tivemos aqui uma apresentação de uma ilustre colega e ela trouxe informações que me deixaram muito preocupado, mas também feliz porque parte dessa preocupação já não existe, dúvidas foram dissipadas, porém eu continuo com uma, se nós estamos fazendo o concurso para aquele que pula de grau, o chamado supletivo,

pois, segundo tomei conhecimento, não está sendo realizado em Alagoas". Diante desse questionamento, Dr. Adriano Soares respondeu: "O supletivo está sendo realizado em Alagoas. Nós estamos indo para a terceira etapa do supletivo. Teremos prova do supletivo no final dessa semana". Retornada a palavra para o Dr. Sérgio, agradeceu e passou a palavra para o Dr. Eduardo Tavares, que cumprimentou a todos os presentes e assim se manifestou: "quero parabenizá-lo Dr. Adriano, eu quero parabenizar o Governador Teotonio Vilela, quero parabenizar toda sua equipe, que mostrou aqui que há uma sintonia, uma sinergia, há uma cumplicidade, isso é importante, entre aqueles que fazem hoje a Secretaria de Educação e com base em tudo isso, eu tenho certeza absoluta que nós teremos grandes resultados e eu serei um torcedor para que vossa excelência seja um vitorioso e mostre aos alagoanos que Alagoas não precisa ser o último lugar no IDEB, aliás, tem que ser um dos melhores e nós chegaremos lá. Parabéns a todos pela bellissima exposição." Dito isso, Dr. Sérgio agradeceu e concedeu a palavra ao Dr. Marcos Méro que, após cumprimentar a todos, fez o seguinte questionamento ao senhor Secretário de Educação: "como eu me preocupo muito com a valorização do professor, por que não existe educação sem um mestre, apenas fiquei na curiosidade de saber qual é o piso salarial do professor em Alagoas?" Em resposta, Dr. Adriano Soares disse: "hoje de 20h está em R\$ 1.040,00 e de 40h R\$ 2.030,00. Qual é a grande questão quando se fala hoje de remuneração do professor e quando, por exemplo, da polícia militar? É a quantidade de profissionais. Nós temos 15 mil, porque temos que contar os aposentados, então, qualquer mudança na folha, ela impacta em muito. E o que é mais triste nessa equação, Dr. Marcos, é o fato de que nós temos dinheiro para pagar os ativos. Agora o tesouro não suporta pagar os inativos, e, aí, é um problema de gestão do passado. Não se tinha um sistema de previdência. O Governador, Dr. Teotonio Vilela, vai deixar um grande legado para Alagoas que é ter feito o AL-Previdência com devia ter sido feito. Agora, e o AL-Previdência só vai funcionar para os que entrarem no serviço público a partir de 2005, quando ele foi instituído no modelo atual. Então todos os aposentados do poder executivo, hoje vão para a conta do tesouro e aqui também, todos permanecem no tesouro. Nós vamos ter professores se aposentando, abrindo vaga, mas o aposentado não sai da folha. Nós vamos continuar contratando professores porque temos o dinheiro do FUNDEB, mas isso vai gerando o problema de você não ter como aplicar um PCCS, eu hoje confesso, eu tenho conversado com o sindicato, em privado, porque em público a gente troca farpas, mas em privado se conversa. E nós temos conversado com o sindicato mostrando esta realidade e o sindicato tem consciência que

estamos conscientes. Que durante um bom tempo teremos muitas dificuldades para uma política ideal de remuneração do servidor, do professor. Então, por ora, os professores em atividade vão se beneficiar do rateio. É uma política pobre, mas é a única que hoje nós temos condições de fazer." Com a palavra do Dr. Marcos Méro asseverou: "Vamos trabalhar no sentido de procurar meios para valorizar mais o professor". Por sua vez o Dr. Adriano Soares acrescentou o seguinte: "com os royalties da educação, se forem colocados os recursos do pré-sal todo para a educação, como se quer, e se já houver para os estados que não são produtores hoje, a participação na distribuição, nós teremos condições de fazer uma política muito melhor. Então se você destina o royalty do pré-sal todo para educação como se quer, o Brasil dá um salto na educação, nós vamos conseguir valorizar os servidores. Então a solução ela existe, mas depende hoje do Governo Federal, sobretudo nos estados periféricos, como é o caso de Alagoas, que depende do FPE, depende dos recursos que venham por convênio, então nós somos muito dependentes do Governo Federal." Dito isto, Dr. Marcos agradeceu e parabenizou ao Secretário de Educação pelo trabalho desenvolvido. Com a palavra o Dr. Eduardo Tavares pediu a palavra e mais uma vez foi concedida, fazendo o seguinte questionamento: "Dr. Adriano, vossa excelência falou aqui na questão do piso em relação ao Rio Grande do Sul. Por uma questão de comparação eu gostaria de saber qual é o piso de lá, do Rio Grande do Sul?" Em resposta, Dr. Adriano afirmou: "É o mesmo. É um piso nacional". Acrescentou que Alagoas paga além do piso, enquanto que o Rio Grande do Sul não chegam a pagar sequer o piso. Acrescentando o seguinte: "Em remuneração nós somos o sétimo do país e o segundo do nordeste. Isso levou um governador de São Paulo a dizer que: olhe, tá vendo? É por isso que Alagoas está quebrada, porque faz esse tipo de política para os servidores sem ter condição. Hoje, a categoria mais forte que temos no serviço público é a dos professores. Eles se organizaram e isso é bom, conseguiram aumentos, mas veja, isso está causando, em todos os municípios ou na grande maioria dos municípios, os planos de cargos e carreiras elaborados pelo mesmo consultor, que é muito competente, o Dr. Professor Milton Canuto, ligado ao sindicato. Mas o que tem acontecido então? Boa parte dos municípios hoje não consegue pagar a folha do professor com o FUNDEB, tem que botar recurso próprio. Tira dinheiro do investimento. No Estado de Alagoas, o Governo do Estado, isto não acontece. Governo do Estado tem sobre dos 60%, então eu tenho como fazer a política remuneratória. Mas é fundamental dizer que Alagoas hoje é um dos que melhor paga aos professores". Dr. Eduardo Tavares agradeceu pelo esclarecimento. Com a palavra o Dr. Sér-

gio, assim se pronunciou: "Em nome do bravo Ministério Público do Estado de Alagoas e deste Órgão da Administração Superior, o Colégio de Procuradores de Justiça, agradeço a contribuição do Dr. Adriano Soares da Costa, ilustre Secretário de Educação de Alagoas, dando as explicações necessárias sobre esse tema que é palpitante, da educação do estado. Agradeço também a presença dos servidores da pasta e suspendo a reunião por cinco minutos." Retornada a reunião, ante o avançar da hora, o Presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura desta Ata em extrato, o que fez como Secretário e sob a conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Jucá  
Procurador-Geral de Justiça  
Presidente do CPI/MPE/AL

Antonio Jorge Sodré Valentin de Souza  
Secretário do Colégio de Procuradores de  
Justiça

Ata da 7ª Reunião Ordinária do Colégio de  
Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e treze (05.06.2013), às 15 (quinze) horas, na Sala dos Órgãos Colegiados, localizada no 4º (quarto) andar do edifício-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 70, Bairro do Poço, nesta Cidade de Macció, Capital do Estado de Alagoas, compareceram para a Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas os Procuradores de Justiça Doutores Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto, Walber José Valente de Lima, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Dilmir Lopes Camerino, Dennis Lima Caiheiros, José Artur de Melo, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Afrânio Roberto Pereira de Queiroz. Inicialmente o Presidente da Sessão, Procurador-Geral de Justiça, Doutor Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, agradeceu a presença de todos e de logo solicitou do Secretário deste Colegiado a conferência de quórum. Confirmado o número necessário, indagou ao Colégio de Procuradores se tinham recebido as atas dos dias 30 e 17 de abril de 2013. Indagados se existia algum pedido de aperfeiçoamento quanto às atas. O Dr. Afrânio Roberto Pereira de Queiroz comentou que a do dia 30 de abril de 2013 já havia sido aprovada, considerando que o que se discutiu naquela oportunidade foi se a Ata seria publicada na íntegra ou em extrato e a maioria decidiu que fosse publicada em extrato. Dr. Dilmir considerou que foi dada a oportunidade de se discutir a respeito do teor do extrato e que a Ata ainda não tinha sido aprovada.